

# O PAPEL DA ESCOLA DE INTELIGÊNCIA PARA O AVANÇO DOS ESTUDOS EM INTELIGÊNCIA NO BRASIL

Erika França de Souza Martins\*

## Resumo

*A Escola de Inteligência (Esint), unidade da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), vem participando de processo de credenciamento de escolas de governo para oferta de pós-graduação lato sensu. Os cenários internacional, nacional e institucional são propícios para que a Esint assuma papel protagonista com vistas ao avanço dos estudos e pesquisas em Inteligência no Brasil.*

A Escola de Inteligência (Esint), unidade da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), é integrante do Sistema de Escolas de Governo da União (Segu). À semelhança de outras escolas do Segu, tais como a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e a Escola de Administração Fazendária (Esaf), a Esint vem participando de processo de avaliação para credenciamento como instituição de pós-graduação *lato sensu*. Cumpridas as etapas do processo e aprovado o credenciamento pelo Ministério da Educação (MEC), a Esint deverá oferecer, pela primeira vez em sua história, um curso em nível de pós-graduação, que focará o tema do gerenciamento da Atividade de Inteligência.

Esse credenciamento será um passo importante dado pela Esint para ingressar e avançar no campo dos Estudos de

Inteligência (*Intelligence Studies*) (GILL; PHYTHIAN, 2012; JOHNSON, 2010; MARRIN, 2008, 2014). Consistirá, assim, em um marco para a Inteligência brasileira, uma conquista sem precedentes nesta singular área do conhecimento. Este artigo discute a relevância e a premissa do desenvolvimento dos estudos e pesquisas em Inteligência no Brasil, considerando a realidade e as demandas nos cenários internacional, nacional e institucional, neste caso, no âmbito da própria Abin.

## Contexto Internacional

Desde 1975, vem se expandindo a literatura sobre a Inteligência de Estado – *National Security Intelligence* (JOHNSON, 2010). Em 1955, Sherman Kent (apud MARRIN, 2014, p. 2) já havia

---

\* Especialista em Língua Inglesa e Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília e Doutora em Language and Literacy Education pela University of Georgia, EUA.

observado que a Inteligência como profissão carecia de uma literatura, o que impedia que os conhecimentos do ramo fossem apreendidos e disponibilizados a outras pessoas. Gradativamente, nas décadas seguintes, foi crescendo o reconhecimento da importância de se desenvolver um conjunto de conhecimentos no campo da Inteligência – uma literatura cumulativa, específica e singular – que fornecesse a fundamentação conceitual e teórica para o aprimoramento dessa atividade e profissão.

**[...] o campo dos Estudos de Inteligência é por natureza interdisciplinar e multidisciplinar e está inserido em estudos mais amplos de governo e política externa, sobretudo nos departamentos universitários de ciência política, relações internacionais e história.**

Em vários países, instituições governamentais e acadêmicas têm contribuído para o avanço dos conhecimentos em Inteligência, ampliando as iniciativas nas áreas de ensino, pesquisa e publicações. No meio acadêmico, cunhou-se o termo *Intelligence Studies* (Estudos de Inteligência) para designar “a contribuição que a educação superior faz à interpretação do passado da prática da Inteligência de Estado, à compreensão do seu presente e à previsão do seu futuro” (MARRIN, 2014, p. 1). Como complemento acadêmico desta prática, o campo dos Estudos de Inteligência é por natureza interdisciplinar e multidisciplinar e está inserido

em estudos mais amplos de governo e política externa, sobretudo nos departamentos universitários de ciência política, relações internacionais e história. Entre os temas pesquisados, incluem-se: definições e escopo da Inteligência, falhas e fracassos, metodologias úteis, controle da atividade, área operacional, ética, efetividade, estudos comparados e responsabilização versus eficiência.

Nos Estados Unidos da América (EUA), tradicionalmente o governo desenvolve estudos e pesquisas em Inteligência por meio do Centro de Estudos de Inteligência (CSI) da Agência Central de Inteligência (CIA) e do Centro de Pesquisas em Inteligência Estratégica (CSIR) da Universidade de Inteligência Nacional (NIU). A participação do setor acadêmico nessa área intensificou-se após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, com a criação de programas de Estudos de Inteligência em faculdades e universidades do país, com o foco dual em teoria e prática. Em 2009, havia pelo menos 845 cursos de Inteligência sendo oferecidos no meio acadêmico estadunidense, nos níveis de graduação e mestrado (LANDON-MURRAY, 2013, p. 746). Um dos programas de graduação mais tradicionais e conceituados é oferecido na Universidade Mercyhurst, uma instituição privada situada no estado da Pensilvânia. O público alvo do programa são pessoas interessadas nessa carreira, e seu objetivo é formar profissionais que possuam conhecimentos sobre a teoria dos Estudos de Inteligência, bem como proficiência na prática de análise em Inteligência. Não é de surpreender, portanto, que a maior comunidade de pesquisadores do tema

esteja nos EUA, onde o corpo docente em diversas universidades é composto de oficiais de Inteligência que atuam ou atuaram em órgãos governamentais, a exemplo de William Nolte e Stephen Marrin.

**[...] observa-se um empenho explícito em se construir uma “cultura de Inteligência” que reflita a abertura pós-reformas e busque desenvolver não apenas aumento da conscientização da importância de uma “Inteligência democrática”, como também maior prontidão por parte de acadêmicos e outros profissionais no sentido de emprestarem sua *expertise* à comunidade de Inteligência.**

Em outros países, como Inglaterra, Romênia, Turquia e Espanha, o governo também tem apoiado a pesquisa em Inteligência, principalmente mediante a atuação de associações dedicadas ao tema. No meio acadêmico, verifica-se o envolvimento e participação crescentes de pesquisadores na Inglaterra, Canadá, França, Alemanha, Israel, Itália, Áustria, Grécia, Escandinávia e Austrália (JOHNSON, 2010). Os especialistas se encontram e apresentam seus trabalhos em conferências promovidas por organizações tais como a Seção de Estudos de Inteligência da Associação de Estudos Internacionais (ISA), a Associação Internacional para a Educação em Inteligência (IAFIE) (ambas sediadas nos EUA), o Grupo de Estudos Britânico sobre Inteligência e Segurança (SISG), a Associação Canadense de Estudos de Segurança e

Inteligência (CASIS) e o Instituto Australiano de Oficiais de Inteligência Profissionais (AIPIO). Muitos estudos são publicados em renomadas revistas acadêmicas: *Intelligence and National Security*, *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, e *Studies in Intelligence* (esta, da CIA), entre outras.

Fora dos EUA prevalecem os cursos de pós-graduação em Inteligência. Na Espanha, mediante parceria com o Centro Nacional de Inteligência (CNI), foram estabelecidos em Madri, em 2005, na Universidade Rei Juan Carlos, a Cátedra de Serviços de Inteligência e Sistemas Democráticos e, em 2006, na Universidade Carlos III, o Instituto Juan Velázquez de Velasco de Investigação em Inteligência para a Segurança e a Defesa. Em 2009-2010 graduaram-se os primeiros 30 alunos no Mestrado em Análise de Inteligência, conduzido pelas duas universidades. A revista espanhola *Inteligencia y seguridad: Revista de análisis y prospectiva* foi lançada em 2006.

No Reino Unido, um levantamento de Paul Maddrell em 2003 (apud GILL; PHYTHIAN, 2012, p. 14-15) identificou doze universidades que ofereciam cursos de graduação sobre algum aspecto de Inteligência, para cerca de 1000 alunos. Em nível de pós-graduação, seis universidades britânicas atualmente oferecem cursos específicos em Inteligência, com aproximadamente 120-150 alunos: Aberystwyth, Birmingham, Brunel, Buckingham, King's College London e Salford. Na Espanha e no Reino Unido, assim como em outros países europeus, observa-se um empenho explícito em

se construir uma “cultura de Inteligência” que reflita a abertura pós-reformas e busque desenvolver não apenas aumento da conscientização da importância de uma “Inteligência democrática”, como também maior prontidão por parte de acadêmicos e outros profissionais no sentido de emprestarem sua *expertise* à comunidade de Inteligência.

**Reconhece-se a necessidade de mais estudos sobre as práticas de Inteligência nos países em desenvolvimento, bem como de valorização do trabalho de comunidades de pesquisadores fora do eixo dominante.**

Se, por um lado, tem se desenvolvido nas últimas décadas a literatura em Inteligência e crescido o número de instituições acadêmicas dedicadas ao ensino e pesquisa nessa área do conhecimento, por outro, estudiosos afirmam que persistem significativos desafios a enfrentar e lacunas a preencher.

Uma das principais dificuldades apontadas diz respeito aos “densos véus de secretismo” (JOHNSON, 2010, p. 7) que envolvem o aparato de segurança de um país, em especial os organismos de Inteligência, que “se segregaram atrás de paredes de secretismo” (GILL; PHYTHIAN, 2012, p. 13). Loch Johnson (2010, p. 28), porém, salienta que, ainda que transparência total não seja possível nem recomendável, em uma democracia a população deve ter ao menos uma compreensão básica de suas instituições governamentais, inclusive do setor de Inteligência. O autor afirma também que, do

ponto de vista da abertura democrática e dos cânones da pesquisa acadêmica, muitos véus caíram nas três últimas décadas, em decorrência de investigações governamentais sobre falhas e erros da Inteligência, acompanhadas do acentuado empenho de pesquisadores para desvendar “o lado oculto do governo”.

**A literatura de Inteligência ainda é limitada em termos teóricos. Conceitos significativos apresentados em publicações mais antigas são, muitas vezes, esquecidos ou ignorados em publicações recentes, isto é, não há a prática de referenciar trabalhos antigos e de construir em cima do que já existe, mas sim a tendência de “reinventar a roda”.**

Outro problema são as relações de desconfiança ainda observadas entre os profissionais de Inteligência e os acadêmicos, espelhando as clássicas dificuldades de relacionamento entre o pessoal operacional e os analistas dentro dos próprios órgãos de Inteligência, referidas por alguns autores (cf. GILL; PHYTHIAN, 2012, p. 16). Há, contudo, uma visão otimista a esse respeito, de que esse quadro vem mudando. Mark Phythian, por exemplo, observa que no Reino Unido, ao longo da última década, as agências de Inteligência e a comunidade acadêmica vêm estreitando os laços, mostrando disposição para conversações e debates. Além disso, acadêmicos foram convidados a escrever histórias oficiais de Inteligência

e, para tal, receberam acesso aos arquivos das agências britânicas (JOHNSON; SHELTON, 2013, p. 115).

Uma crítica recorrente feita pelos especialistas, que indica uma lacuna a ser preenchida, é o predomínio da literatura anglófona e, dentro desta, de autores e conteúdos dos EUA e da Inglaterra. Reconhece-se a necessidade de mais estudos sobre as práticas de Inteligência nos países em desenvolvimento, bem como de valorização do trabalho de comunidades de pesquisadores fora do eixo dominante. Apesar de Johnson (2010, p. 5) se referir a “bolsões de pesquisa em Inteligência” existentes no Brasil, Argentina, Polônia e Coréia do Sul, a escassez de estudos e análises comparadas, decorrente da falta de informações sobre as culturas de Inteligência em diversos países (incluindo Brasil, China, Índia, Japão e outras nações asiáticas), é uma lacuna que carece ser preenchida (JOHNSON; SHELTON, 2013, p. 114).

Outra crítica que se faz é a dificuldade de garantir o acúmulo de conhecimentos de Inteligência ao longo do tempo. Esse campo do conhecimento possui livros e revistas acadêmicas para documentar as “lições identificadas”, porém ainda não conta com um processo estruturado para compilar e avaliar a literatura a fim de que esta seja agregada e se torne cumulativa. A literatura de Inteligência ainda é limitada em termos teóricos. Conceitos significativos apresentados em publicações mais antigas são, muitas vezes, esquecidos ou ignorados em publicações recentes, isto é, não há a prática de referenciar trabalhos antigos e de

construir em cima do que já existe, mas sim a tendência de “reinventar a roda”. Stephen Marrin (2014) sugere uma série de passos para aprimorar o rigor e a coerência dos Estudos de Inteligência como disciplina acadêmica, por meio da construção de uma infraestrutura que possibilite criar, arquivar e disseminar o conhecimento. Os passos são: 1) documentar o que se conhece; 2) avaliar se o conhecimento possui lacunas; 3) trabalhar para preencher essas lacunas; 4) distribuir o conhecimento para aqueles que o desejam ou necessitam dele; e 5) institucionalizar esses esforços.

**Nesse contexto, a Esint, como escola integrante do Sistema de Escolas de Governo da União (Segu), passa por uma fase promissora no que tange à perspectiva de avanço dos Estudos de Inteligência no país.**

Não obstante existirem desafios a superar no campo dos Estudos de Inteligência, há o reconhecimento de que uma literatura de base já foi produzida, uma linguagem comum, alcançada, e as áreas chave de estudo e debate, identificadas. Para Johnson & Shelton (2013, p. 120), “o campo permanece em fluxo e, como resultado, é um lugar empolgante para aqueles que possuem espírito pioneiro. Temos o privilégio de moldar uma disciplina acadêmica e, ao mesmo tempo, de tentar melhorar a capacidade das democracias de se protegerem e tomarem decisões melhores em um mundo que permanece perigoso e incerto”.

## Contexto Nacional

Ainda é incipiente a pesquisa acadêmico-científica no campo da Inteligência no Brasil. O “bolsão” aludido por Johnson (2010) referente ao nosso país parece corresponder aos trabalhos evidenciados em publicações feitas nas principais revistas acadêmicas internacionais. Dignos de nota, entre os autores desses trabalhos, estão os brasileiros Marco Cepik (2003, 2014), Priscila Antunes (2003), Joanival Brito Gonçalves (2014), Fábio Condeixa (2015) e Christiano Ambros (2014), além do norte-americano Thomas Bruneau (2015). São poucos os nomes. Certamente, sobejam possibilidades de desenvolvimento de pesquisas nesse campo.

Nesse contexto, a Esint, como escola integrante do Sistema de Escolas de Governo da União (Segu), passa por uma fase promissora no que tange à perspectiva de avanço dos Estudos de Inteligência no país. Esta perspectiva está diretamente relacionada ao almejado credenciamento para oferta de curso de pós-graduação, correspondente ao resultado esperado para um processo que se iniciou há alguns anos com a articulação das escolas de governo federais em torno de uma causa comum.

As escolas de governo são estruturas diferenciadas na organização administrativa brasileira. A Emenda Constitucional no 19, de 4 de junho de 1998, alterou o artigo 39 da Constituição Federal de 1988 para incluir parágrafo específico (§ 2º) sobre a manutenção de

escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos (BRASIL, 1998). Na mesma tônica, a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), instaurada pelo Decreto no 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, para os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, atribuiu a elas o papel de formação e desenvolvimento dos servidores públicos para provimento das competências necessárias à melhoria das instituições públicas (BRASIL, 2006). Como forma de apoio à implementação da PNDP, o mesmo decreto criou o Segu e, para coordenar o sistema, designou a Enap. O Segu tem, entre seus objetivos, o de potencializar as ações de capacitação dos servidores públicos por meio de parcerias e cooperações entre as escolas de governo.

Desde 2006, a Enap tem promovido reuniões periódicas para institucionalizar a atuação conjunta e coordenada das escolas de governo, buscando a consolidação de um sistema nacional para a gestão do conhecimento e da capacitação e formação de servidores públicos de forma ampla, integrada e sistemática. Em 2012, houve a elaboração do Protocolo de Intenções, assinado em 13 de novembro daquele ano por oito escolas (entre elas a Esint) (BRASIL, 2012) e publicado no Diário Oficial da União em 12 de junho de 2013. No fórum de discussões conduzido pela Enap, afloram temas de interesse comum: marco regulatório dos cursos de especialização e pós-graduação *lato sensu*, troca de experiências, desafios e possibilidades de educação a distância, mecanismos de contratação de

O papel da Escola de Inteligência para o avanço dos estudos em inteligência no Brasil

docentes, problemas relativos à oferta e demanda de cursos de capacitação, entre outros assuntos relevantes (FONSECA et al., 2015).

**Por ser a única instituição oficial dedicada ao ensino e pesquisa em Inteligência de Estado, a Esint se diferencia nesse cenário e deverá continuar se empenhando para cumprir com excelência o seu papel institucional.**

No que tange à busca do credenciamento de instituições e cursos de pós-graduação, a mobilização das escolas de governo iniciou-se a partir de 2009, em resposta à extinção do credenciamento especial de seus cursos *lato sensu* naquele ano, por medida do Conselho Nacional de Educação (CNE). Uma revisão parcial da posição do CNE, ainda em 2010, estabeleceu a possibilidade do credenciamento regular, desde que as escolas fossem submetidas a processos de avaliação pelo MEC. Ao longo do período 2011-2014, o Segu afirmou-se como um ativo fórum de discussão e articulação, estabelecendo, sob a coordenação da Enap, processos de conversação e negociação com o CNE e as áreas do MEC envolvidas na regulação dos cursos de pós-graduação. Essas iniciativas repercutiram no âmbito do MEC, que vem trabalhando para fornecer um tratamento customizado às escolas de governo, considerando suas singularidades em relação ao restante do sistema de ensino superior brasileiro.

O próprio Segu assim entende a natureza dessas singularidades:

As Escolas de Governo distinguem-se dos centros acadêmicos tradicionais porque aliam em sua atuação a ação prática e as transformações das mais diversas áreas do Estado à promoção de conhecimento teórico e da pesquisa (...) as Escolas de Governo têm se esforçado em oferecer cursos de Pós-Graduação voltados para a formação dos servidores públicos do Estado, sempre com o foco de aliar o conhecimento teórico à prática da Administração Pública. Assim o é porque o Estado não pode prescindir do conhecimento gestado no campo acadêmico, mas, de outra forma, também não deve o Poder Público deixar de se valer de toda a cultura consolidada na atuação administrativa de seus gestores (BRASIL, 2014, p. 2).

O empenho do Segu no credenciamento para oferta de cursos de pós-graduação evidencia a importância que as escolas de governo atribuem à aproximação com a academia e ao aprofundamento dos estudos e pesquisas, a fim de que possam desempenhar com excelência o seu papel definido por lei, na PNDP. As ações de pesquisas correspondem “às atividades de desenvolvimento e fomento de estudos na área de atuação da escola, assim como as consequentes publicações sob a forma de revistas ou produtos bibliográficos de natureza técnico-científica” (FONSECA et al., 2015, p. 61). Portanto, essas escolas têm muito a oferecer à administração pública federal, não apenas nas áreas de formação e capacitação, como também na produção e no compartilhamento de conhecimentos aplicados ao setor público.

A Esint, como integrante do Segu e co-participante do processo de busca desse

credenciamento, demonstra seu compromisso com os princípios e valores adotados pelo Segu, participando ativamente das ações e iniciativas definidas conjuntamente naquele fórum. Por ser a única instituição oficial dedicada ao ensino e pesquisa em Inteligência de Estado, a Esint se diferencia nesse cenário e deverá continuar se empenhando para cumprir com excelência o seu papel institucional. Especificamente quanto ao campo dos Estudos de Inteligência, a oferta do curso de pós-graduação trará à Esint notáveis possibilidades de avanço, proporcionadas pelo engajamento do seu corpo docente e discente na construção de uma cultura continuada de pesquisas e publicações acadêmico-científicas. Será uma oportunidade ímpar de conjugar os especialistas em Inteligência com o universo acadêmico.

### **Contexto Institucional**

Se as escolas de governo contribuem, nos seus respectivos setores e áreas de atuação, para o aperfeiçoamento da administração pública federal, por meio de ações de capacitação de servidores públicos e por atividades de pesquisa que geram conhecimentos destinados à formulação de políticas que visam ao bem público, a Esint percebe-se atuando na vanguarda desse cenário, “formando e capacitando servidores e realizando estudos e pesquisas na área da atividade de Inteligência, indiscutivelmente estratégica e fundamental para a defesa do Estado democrático de direito e a consecução dos interesses nacionais” (AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, 2015, p. 11).

A Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e criou a Abin, preconiza, entre as várias competências da Abin, “promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de Inteligência, e realizar estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento da atividade de Inteligência” (BRASIL, 1999, art. 4º, IV). Estas competências são exercidas pela Esint e correspondem a sua missão, desdobrada em linhas de atuação que incluem a capacitação de servidores da Abin e do Sisbin e a pesquisa e sua disseminação.

**Os cenários internacional, nacional e institucional convidam a Inteligência brasileira à reflexão e à ação no campo dos Estudos de Inteligência.**

As ações de ensino e pesquisa desenvolvidas na Esint têm o foco na formação de recursos humanos e na ampliação de conhecimentos estratégicos em Inteligência. As pesquisas, estudos e reflexões teórico-doutrinárias em Inteligência e temas afins retroalimentam as atividades de ensino, levando à incorporação de novas práticas, tecnologias, abordagens metodológicas e alterações doutrinárias. Reconhecendo que a qualificação acadêmica docente tem impacto direto na qualidade dos trabalhos, e em observância à PNDP, a Esint firmou o compromisso de ampliar, diversificar e aperfeiçoar seus eventos de capacitação, considerando os tipos discriminados no Decreto nº 5.707 (BRASIL, 2006, art. 2º, III), a saber: cur-

so presenciais e a distância, intercâmbios, estágios, seminários, congressos e outros eventos (AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, 2015, p. 46).

### Perspectivas e Possibilidades

Os cenários internacional, nacional e institucional convidam a Inteligência brasileira à reflexão e à ação no campo dos Estudos de Inteligência. A Esint, como unidade do órgão central da Inteligência de Estado, é a protagonista desta oportunidade.

Fora do Brasil, verifica-se uma tradição consolidada, construída ao longo de quatro décadas, caracterizada por uma agenda sofisticada que visa desenvolver uma literatura cumulativa que reflita o aperfeiçoamento das pesquisas em Inteligência, aproximando profissionais da área e acadêmicos, e buscando retirar os “véus do secretismo”. De modo especial, há um chamado para que diversos países, incluindo o Brasil, participem mais ativamente desse campo, a fim de preencher as lacunas concernentes a pesquisas e publicações sobre suas respectivas culturas de Inteligência.

**[...] é papel da Inteligência brasileira escrever a Inteligência brasileira. É prerrogativa da Esint pesquisar e publicar sobre os Estudos de Inteligência do Brasil.**

Nos contextos nacional e institucional, o esperado credenciamento da Esint para

oferta de curso de pós-graduação *lato sensu* ratificará os esforços desta escola de governo para promover a capacitação profissional e o aprofundamento dos estudos acadêmico-científicos em Inteligência, cumprindo assim a sua missão institucional legal de “promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de Inteligência, e realizar estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento da atividade de Inteligência”. Abre-se uma porta que, no médio prazo, poderá contribuir para preencher a lacuna no contexto internacional, à medida que as pesquisas desenvolvidas resultem em artigos publicados em revistas acadêmicas estrangeiras.

Definitivamente, a Esint não poderia ter ficado à margem neste momento tão significativo. Afinal, é papel da Inteligência brasileira escrever a Inteligência brasileira. É prerrogativa da Esint pesquisar e publicar sobre os Estudos de Inteligência do Brasil.

Evidentemente, pesquisadores não associados à Esint, inclusive estrangeiros, também têm esse direito – visto que a ciência é, por natureza, democrática e universal – e fato é que eles têm escrito sobre o Brasil, porém às vezes em termos que mostram vieses que poderiam e deveriam ser evitados ou rebatidos. Thomas Bruneau (2015), por exemplo, em artigo recente publicado na *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, construiu um quadro crítico questionável sobre a Abin, não por se mostrar (bastante) desfavorável, mas sim unilateral. Em contrapartida, Fábio Condeixa (2015, p.715), em artigo publica-

do em outra edição da mesma revista, caracterizou aspectos da Abin de modo mais equilibrado e isento, salientando que, a despeito das dificuldades e restrições enfrentadas, “a cooperação [internacional] em questões de Inteligência deve ser conduzida pelo órgão central de Inteligência do Brasil – a ABIN – que é dotado de uma capacidade analítica mais

sofisticada e estruturada [do que os órgãos de Inteligência menores do país]”.

Este é o tempo; esta é a oportunidade para profissionais, pesquisadores e especialistas em Inteligência brasileiros ressoarem suas vozes com mais vigor nos cenários nacional e internacional, contribuinto na linha de frente para a construção da literatura da nossa Inteligência.

## Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Portaria nº 249, de 21 de julho de 2015. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para a área de ensino da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). *Boletim de Serviço Especial*, Brasília, DF, ano XVII, n. 1, 21 jul. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. *Senado*, Brasília, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm)>. Acesso em: 2 dez. 2014.

BRASIL. Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-006/2006/Decreto/D5707.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2006/Decreto/D5707.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9883.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9883.htm)>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Audiência Pública Marco Regulatório dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* Especialização; Formulário para Sugestões e Contribuições. Brasília, 30 de julho de 2014. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1365>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública. Protocolo de intenções que entre si celebram as instituições identificadas como Escolas de governo, integrantes do Sistema de Governo da União, coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília, 13 nov. 2012. Disponível em: <[http://antigo.enap.gov.br/files/protocolo\\_de\\_intencoes\\_versao%20assinada.pdf](http://antigo.enap.gov.br/files/protocolo_de_intencoes_versao%20assinada.pdf)>.

BRUNEAU, Thomas C. Intelligence Reform in Brazil: a long, drawn-out process. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, v. 28, n. 3, p. 502-519, fall 2015.

CEPIK, Marco; ANTUNES, Priscila. Brazil's New Intelligence System: an institutional assessment. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, v. 16, n. 3, p. 349-373, fall 2015.

CEPIK, Marco; AMBROS, Christiano. 2014. Intelligence, Crisis, and Democracy: institutional punctuations in Brazil, Colombia, South Africa, and India. *Intelligence and National Security*, v. 29, n. 4, p. 523-551, 2014.

## O papel da Escola de Inteligência para o avanço dos estudos em inteligência no Brasil

CONDEIXA, Fábio. M. S. P. Counterterrorism in Brazil: with an eye on the upcoming Olympics. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, v. 28, n. 4, p. 710-716, oct. 2015.

FONSECA, Diogo R et. al. *Sistema de Escolas de Governo da União: perfil, identidade e desafios para institucionalização*. Brasília: Enap, 2015. (Cadernos ENAP, 40).

GILL, Peter; PHYTHIAN, Mark. Intelligence Studies: some thoughts on the state of the art. *Annals of the University of Bucharest / Political science series*, v. 14, n.1, p. 5-17, 2012. Disponível em: <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-389493> >.

GONÇALVES, Joannisval B. The Spies Who Came From The Tropics: Intelligence Services and Democracy in Brazil. *Intelligence and National Security*, v. 29, n. 4, p. 581-599, July 2014.

JOHNSON, Loch K. National Security Intelligence. In Loch Johnson (ed.) *The Oxford Handbook of National Security Intelligence*, Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 3-32.

JOHNSON, Loch K. & SHELTON, Allison M. Thoughts on the State of Intelligence Studies: a survey report. *Intelligence and National Security*, v. 28, n. 1, p. 109-120, feb. 2013.

LANDON-MURRAY, Michael. Moving U.S. Academic Intelligence Education Forward: a literature inventory and agenda. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, v. 26, n. 4, p. 744-776, winter 2013-2014.

MARRIN, Stephen. Improving Intelligence Studies as an Academic Discipline. *Intelligence and National Security*, 22 oct. 2014. Disponível em: <[www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02684527.20014.952932](http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02684527.20014.952932) >.

MARRIN, Stephen. Training and Educating U.S. Intelligence Analysts. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, v. 22, n. 1, p. 131-146, dec. 2008.